

GUIA DE REFERÊNCIA

REALIZAÇÃO DE OFICINAS DE
CAPACITAÇÃO EM DIREITOS DE
PESSOAS TRANS



Aryel Ken Murasaki
Sandra Maria Galheigo

GUIA DE REFERÊNCIA PARA A REALIZAÇÃO DE OFICINAS DE CAPACITAÇÃO EM DIREITOS DE PESSOAS TRANS



Produto, processo e ação técnico social resultante da dissertação de mestrado **“Luto todo dia por ser quem eu sou: participação social e o acesso a direitos de jovens mulheres trans”**.

Programa de Mestrado
Profissional Terapia Ocupacional
e Processos de Inclusão Social.
Faculdade de Medicina.
Universidade de São Paulo.

São Paulo
2024

Universidade de São Paulo

Faculdade de Medicina

**Mestrado Profissional Terapia Ocupacional e
Processos de Inclusão Social**

Elaboração

Aryel Ken Murasaki
Sandra Maria Galheigo



Diagramação

Cristian Guedes

Fotos

Acervo Canva
Getty Images Signature



LISTA DE SIGLAS

CEDEC	Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNLGBTQIA+	Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+
FMUSP	Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e outros
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, <i>Queers</i> , Intersexos, Assexuais e outros
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, <i>Queers</i> , Intersexos, Assexuais, Pansexuais e outros
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, <i>Queers</i> , Intersexos, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e outros
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, <i>Queers</i> e outros
LGBTTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
SLGBTQIA+	Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde



SUMÁRIO

Apresentação.....	05
Introdução.....	06
Orientação sexual.....	08
Identidade de gênero.....	09
LGBTQIAPN+.....	10
Pronomes e linguagem neutra.....	14
Direitos Humanos.....	16
Marcos Legais, Políticas Públicas e Órgãos de Defesa de Direitos..	19
Metodologia.....	22
Oficina 01.....	23
Oficina 02.....	24
Oficina 03.....	25
Aplicabilidade, limites, abrangência e disponibilização.....	26
Referências Bibliográficas.....	27
Materiais complementares.....	29



* APRESENTAÇÃO

* Este documento consiste em um guia de referência para a realização de oficinas de capacitação sobre direitos de pessoas trans para profissionais da rede de atenção à saúde, da assistência social, da educação e para pessoas e empresas que atuam em projetos sociais de inclusão e de respeito à diversidade. Ele é o produto, processo e ação técnico-social decorrente da dissertação de mestrado “**Luto todo dia por ser quem eu sou: participação social e o acesso a direitos de jovens mulheres trans**” que foi apresentada ao Programa de Mestrado Profissional Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

A pesquisa consistiu em um estudo qualitativo que tinha como objetivo conhecer as experiências de vida de jovens mulheres trans e os desafios para a participação social e acesso aos seus direitos. Por meio dela foi possível verificar que em muitos momentos os desafios para jovens mulheres trans conseguirem acessar os seus direitos estava relacionada à falta de informação e capacitação por parte daqueles que as atendiam, contratavam e com elas se relacionavam de alguma forma.

Assim, este guia consiste em explicar alguns conceitos e apresentar uma série de três oficinas que contribuam para a melhor compreensão das experiências de vida de pessoas trans, seus direitos, de modo a produzir práticas mais acolhedoras. Ao compreender os processos de discriminação, opressão e violências, espera-se que possam contribuir também para práticas mais emancipatórias junto a pessoas trans. O intuito deste trabalho não é fornecer respostas prontas, mas servir como suporte para quem deseja intervir em suas realidades locais.



INTRODUÇÃO

Jovens mulheres trans compõem um grupo populacional invisibilizado em pesquisas governamentais. O que temos de dados dessa população vem sendo produzidos pelos movimentos sociais e academia.

Os dados levantados por esses grupos vão nos apontar que o Brasil é um país muito violento para pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queers*, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e Não-binárias, entre outros (LGBTQIAPN+). Em 2017, ano no qual se registrou mais mortes desde 2000, houve 445 mortes de LGBT, seguido de 2018 com 420 mortes¹. Em 2023, foram 230 mortes levantadas².

Especificamente sobre pessoas trans, entre 2022 e 2023 houve um aumento de 10,7% no número de assassinatos, totalizando 131 e 145 nos respectivos anos. Em 2023, 49,6% das vítimas tinham entre 18 e 29 anos, pelo menos 72% eram negras e 136 (93,8%) eram travestis e mulheres trans³.



No município de São Paulo também temos a pesquisa do Centro de Estudos em Cultura Contemporânea (CEDEC) que fez o 1º mapeamento das pessoas trans no referido município. Com esse mapeamento pode-se verificar que a maior parte da população trans é de mulheres trans (48%), seguido de homem trans (24%), travestis (22%) e pessoas não binárias (6%). É uma população jovem com 70% estando entre 16 e 35 anos, que em sua maioria, no quesito raça/cor, se declarou parda (34%) e preta (23%), seguida de brancas (38%). Porém ao se separar por identidade de gênero verifica-se algumas diferenças, com mulheres trans e travestis tendo porcentagens maiores de pretas e pardas, em comparação aos homens trans, e pessoas não binárias em sua maioria se declararam brancas (58%)⁴.

Ainda, dados sobre o município de São Paulo apontam que a saída do núcleo familiar para mulheres trans e travestis, ocorre em sua maioria até os 20 anos, com 31% e 37% respectivamente saindo de casa com 15 anos ou menos. Cinquenta e quatro por cento das travestis e 47% das mulheres trans apontaram as brigas, desentendimentos e expulsão como fatores para sua saída⁴. Além disso, pessoas trans no município apresentam níveis inferiores de escolaridade em comparação com a população geral⁴.

Pesquisas têm mostrado que essa população sofre com conflitos familiares, possui baixa escolaridade, menor renda, trabalhos precarizados e dificuldades em acesso à saúde, ou seja, há pouco acesso dessa população aos seus direitos, estando as mulheres trans sujeitas a processos de discriminação, preconceito e violência⁵.



Assim, este guia de referência tem o intuito de auxiliar aqueles que trabalham e/ou desejam trabalhar com essa população para que sejam garantidos os direitos de pessoas trans.



ORIENTAÇÃO SEXUAL

Orientação sexual está relacionada à **forma como cada um experiencia e vive seus relacionamentos afetivos e/ou sexuais, sentindo-se atraído pelo gênero oposto, pelo mesmo gênero, por mais de um gênero ou também não sentindo atração por nenhum gênero.** Não existe uma orientação sexual correta, cada pessoa é única e vive isso de formas diferentes. As orientações sexuais mais conhecidas são: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade. Usa-se sempre o sufixo “dade”, ao invés de “ismo”, como homossexualismo, pois o sufixo “ismo” remete à doença, patologia, anormalidade¹².





IDENTIDADE DE GÊNERO

Identidade de gênero está relacionada a **como cada pessoa se relaciona com o conceito social de gênero, como cada um se identifica**. A identidade de gênero é individual, particular, é a experiência que cada um tem, como cada um se reconhece. Temos duas grandes categorias a **cisgêneridade** (quando a pessoa se identifica com o gênero que lhe foi atribuído) e a **transgêneridade** (quando a pessoa não se identifica com o gênero atribuído). Essas identidades podem ou não estar em consonância com as características sexuais congênitas. As pessoas podem ou não querer alterar suas características corporais¹².





LGBTQIAPN+

Afinal, qual é a sigla correta? LGBT, LGBTTT, LGBTI+, LGBTQ+, LGBTQIA+, LGBTQIAP+? Neste guia vamos utilizar a sigla LGBTQIAPN+, pois através deste acrônimo poderemos visibilizar mais categorias identitárias. Mas não existe uma sigla que seja a correta, isso dependerá do contexto e do interlocutor¹³. A sigla mais consensual que tem sido utilizada no movimento social é a LGBTI+¹⁴. Conforme aprofundam-se e detalham-se mais as experiências, mais categorias se multiplicam¹³, sendo possível que daqui um tempo seja necessário buscar atualizações no que será exposto aqui. Além disso, essa será uma primeira aproximação com cada categoria, deve-se considerar que estas categorias permanecem em disputa por significados.

Para falar sobre cada uma das letras utilizaremos como guia o *Cadernos LGBTQIA+ Cidadania: Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+*, lançado pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ no ano de 2024¹².



(L) - Lésbica

Mulheres que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outras mulheres.



(G) - Gay

Homens que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com outros homens.



(B) - Bissexual

Pessoas que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com mais de um gênero. Bissexuais não se atraem da mesma forma pelos gêneros, pode haver variações no grau de atração, por exemplo, sentir-se mais atraído por um gênero do que pelo outro, ou sentir-se igualmente atraído.



(T) - Travesti/Transexual/Trans

Pessoa que se identifica com um gênero diferente ao atribuído no nascimento. Deve-se lembrar que Travesti é uma categoria feminina, utilizando sempre de pronomes femininos (ela/dela) para referir-se a elas. Também utilizamos a categoria de acordo com o gênero que a pessoa se identifica: então diremos uma mulher trans para pessoas que foram designadas como homem ao nascimento, mas que se identificam como mulheres; e homens trans para pessoas que foram designadas como mulheres ao nascimento, mas que se identificam como homens.





(Q) - **Queer**

Este talvez seja o termo mais difícil de explicar em língua portuguesa. *Queer* é uma palavra de língua inglesa que foi utilizada por muito tempo nos Estados Unidos como um modo pejorativo de chamar pessoas que não estavam no padrão hetero-cis; xingamentos semelhantes ao que tínhamos no Brasil como “viado” e “sapatão”. Este termo foi sendo ressignificado e hoje ele é utilizado como um termo guarda-chuva para abarcar pessoas com diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.



(I) - **Intersexo**

Pessoas que têm como característica corporal algo que foge dos padrões binários de sexo. Essas características podem estar relacionadas ao órgão genital, às gônadas ou aos cromossomos. As variações corporais podem ser perceptíveis ao nascimento, ou apenas na puberdade, ou ainda somente se realizados alguns exames específicos. Existem mais de 40 variações corporais possíveis. Ser intersexo não está relacionado a orientação sexual ou a identidade de gênero, assim, pessoas intersexos podem ter diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.



(A) - **Assexual**

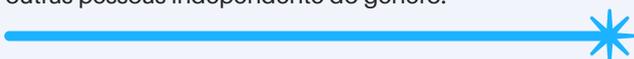
É um termo guarda-chuva que abarca pessoas que não se sentem atraídas afetiva e/ou sexualmente por outras pessoas, independente do gênero, ou que sentem pouca atração, ou que sentem atração de formas específicas.





(P) - Pansexual

Pessoas que se sentem atraídas afetiva e/ou sexualmente por outras pessoas independente do gênero.



(N) - Não-binária

Pessoas não-binárias são aquelas que possuem uma identidade de gênero que não se restringe à definição de homem e mulher.



(+) Outros

O mais representa as pessoas e os debates que ainda não foram absorvidos ou identificados pela sociedade e pelos movimentos.



Um vídeo que pode auxiliar e ser usado nas oficinas é o do influencer Vitor diCastro chamado "O que significa LGBTQIAPN+" que pode ser acessado pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=wAteQTOaERc>.





PRONOMES E LINGUAGEM NEUTRA

A língua portuguesa utiliza-se de muitas demarcações de gênero em sua comunicação, constituindo uma língua bastante pautada no binarismo de gênero, dividindo não só pessoas, mas objetos, animais, etc, em masculino e feminino¹⁵⁻¹⁶. **A linguagem neutra busca se comunicar sem utilizar a demarcação de gênero.** Podemos também falar em linguagem inclusiva ou não sexista, que são linguagens que tentam não se referir a nenhum gênero. **É importante indicar que se deve evitar utilizar "X" e "@", como em todxs e tod@s.** Quando utilizamos esse tipo de grafia isso dificulta a linguagem oral, pois não há como dizer tais palavras, e os softwares que realizam a leitura de textos não reconhecem essa grafia e não conseguem funcionar direito.

Para compreender melhor utilizaremos alguns exemplos. Geralmente a linguagem neutra utilizará de sistemas neutros: elu, ile, ilu, el, substituindo os pronomes de acordo com esses sistemas. Aqui não será possível falar de forma mais aprofundada sobre eles, para saber melhor verificar o **Manual de Linguagem Neutra em Língua Portuguesa¹⁵**.



A linguagem inclusiva tenta utilizar formas de se comunicar sem demarcar o gênero, realizando assim substituições que já utilizamos normalmente na língua portuguesa, por exemplo, ao invés de dizer prezados clientes, dizer prezada clientela; ao invés de dizer sejam todos bem-vindos, dizer que todas as pessoas são bem-vindas. Além disso é possível não utilizar artigos em determinadas frase ou preposições que denotem masculino ou feminino por exemplo: a presença dos ouvintes, dizer a presença de ouvintes. *O Guia para Linguagem Inclusiva de Flexão de Gênero*¹⁶ traz vários exemplos que podem ser consultados.

É importante dizer que os pronomes utilizados pelas pessoas podem variar, por isso, indicamos perguntar para as pessoas quais pronomes elas utilizam para assim utilizarmos aquilo que faça cada um sentir-se mais confortável.





DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos existem? Eles são para todas as pessoas ou para algumas parcelas? São uma forma de privilegiar alguns em detrimento de outros? Aqui faremos uma breve explicação sobre a perspectiva de direitos humanos adotada neste manual, tentando desmistificar brevemente alguns conceitos equivocados que temos sobre direitos humanos.

Primeiramente vamos dizer que não adotamos uma perspectiva tradicional e hegemônica de direitos humanos. Aqui **falaremos sobre uma perspectiva crítica e complexa de direitos humanos**¹⁰. Os direitos humanos englobam os direitos que ouvimos falar: os direitos sociais, civis e políticos:

Os **direitos sociais** são aqueles ligados à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados¹¹.



Os **direitos civis** estão relacionados às liberdades individuais como o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade¹¹.



Os **direitos políticos** se referem à possibilidade de organização política e à participação popular nas atividades do governo, como por exemplo o direito ao voto¹¹.



Ou seja, quando falamos em direitos humanos, também estamos falando desses direitos e para além deles. A perspectiva crítica e complexa é ampla e não caberia inteira neste guia, havendo interesse, a sugestão é de buscar pelo texto "**A reinvenção dos direitos humanos**" de Herrera Flores¹⁰. Falaremos então de alguns pontos principais.



Primeiro deve-se entender que os direitos humanos não foram dados. Para este autor, direitos humanos são processos de lutas pela satisfação de necessidades humanas em sociedades com acesso restrito, desigual e hierárquico, fruto de processos de divisão social, sexual, étnica e territorial da atividade humana. Eles também não existem para além do espaço e tempo, devemos pensar historicamente os direitos, na sua construção, e no seu contexto, na história das sociedades e dos movimentos sociais. Direitos humanos consistem em lutas que visam combater processos que coisificam as pessoas, tornando-as não humanas. Os grupos marginalizados e oprimidos lutam contra essas dinâmicas e práticas sociais de divisão da atividade humana, para que assim possam viver com dignidade e para que o processo de acesso aos bens seja mais igualitário, são processos de disputa por melhores condições de vida para todas as pessoas. Assim, devemos retomar nossa capacidade de indignação e lutar por melhores condições de vida, por condições dignas e por acesso aos bens materiais e imateriais de forma mais igualitária¹⁰.



Sendo assim, devemos lembrar que os direitos humanos englobam os marcos legais, as políticas, os direitos sociais, civis e políticos e que direitos são processos de disputa por melhores condições de vida para todas as pessoas.

**DIREITOS TRANS SÃO
DIREITOS HUMANOS** 



MARCOS LEGAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E ÓRGÃOS DE DEFESA DE DIREITOS

Para falar dos direitos de pessoas trans, vamos listar aqui alguns marcos legais e políticas públicas que existem no Brasil para pessoas trans. Veremos que já existem uma série de possibilidades em nosso país que muitas vezes são desconhecidas pela população, inclusive por pessoas trans.



Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (SLGBTQIA+)

Em janeiro de 2023 foi instituída a SLGBTQIA+ no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) com foco na promoção, proteção e defesa dos direitos da população LGBTQIA+. Essa secretaria instituiu também o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+) e incentiva que conselhos em estados e municípios também sejam criados¹².



Programa Brasil sem Homofobia e Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT

Ambos são políticas nacionais que visam o combate à discriminação, ao preconceito, que visam o fortalecimento de projetos e ações voltadas para a população LGBTQIAPN+¹⁷⁻¹⁸.



Centros de Cidadania LGBTI+ (município de São Paulo)

Centros de cidadania são órgãos que defendem os direitos e promovem a cidadania da população LGBTQIAPN+. Nos centros de cidadania é possível encontrar apoio jurídico, psicológico e de serviço social, neles há o suporte para realização de boletins de ocorrência, para mudar documentos de pessoas trans e neles são realizadas as ações do programa Transcidadania. Além disso, os centros realizam mediação de conflitos, palestras e sensibilizações. Existem 5 Centros na cidade de São Paulo¹⁹:

- Centro de Cidadania LGBTI Claudia Wonder (zona oeste)
- Centro de Cidadania LGBTI Laura Vermont (zona leste)
- Centro de Cidadania LGBTI Luana Barbosa dos Reis (zona norte)
- Centro de Cidadania LGBTI Edson Neris (zona sul)
- Centro de Referência e Defesa da Diversidade Brunna Valin (CRD) (região central)



LGBTfobia é crime

O Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou a discriminação em razão da orientação sexual ou identidade de gênero aos crimes de racismo²⁰.



Direito à utilização do nome social

O Decreto presidencial nº 8.727 de 28 de abril de 2016 dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional²¹.



Direito à mudança de documentos

O STF autorizou que pessoas trans possam mudar seus prenomes e sexo no registro civil, podendo realizar o procedimento direto no cartório, sem necessidade de laudo médico, autorização judicial ou cirurgia de redesignação sexual²⁰.



União estável, casamento civil e adoção

O STF também reconheceu a união estável de casais do mesmo sexo e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não só determinou que os tabeliões celebrassem uniões estáveis entre casais do mesmo sexo, como também casamentos civis, proibindo que cartórios vedem ou criem obstáculos para tais celebrações. Casais homoafetivos também têm garantido que possam adotar em condições de igualdade que casais heteroafetivos²⁰.

Pessoas trans privadas de liberdade

Pessoas trans que foram condenadas, no momento da condenação têm a opção pela preferência da custódia em unidade feminina, masculina ou específica se houver, e sobre o convívio geral ou em alas e celas específicas²².

Saúde

Na área da saúde temos duas políticas importantes, a *Política Nacional de Saúde Integral LGBT*²¹ e o *Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)*²⁴⁻²⁵. A primeira visa a garantir maior acesso da população LGBTQIAPN+ ao SUS, combatendo a discriminação e o preconceito vividos quando essa população tenta ou acessa o SUS. A segunda é uma política importante, pois instaura o acesso à hormonização e a tecnologias de modificação corporal, como a realização da mastectomia para homens trans.

A portaria SAES/MS Nº 1.693 de 10 de maio de 2024 mudou a classificação de sexo para 271 procedimentos no SUS que deixam de ser masculino ou feminino, passando a adotar ambos os sexos na classificação, e incluiu cirurgias de redesignação sexual, como construção de vagina e amputação peniana²⁶. O município de São Paulo lançou o "**Protocolo para o cuidado integral à saúde de pessoas trans, travestis ou com vivências de variabilidade de gênero no município de São Paulo**" que já conta com duas edições, a primeira em 2020²⁷ e segunda em 2023²⁸. Este protocolo é importante, pois além de falar sobre conceitos relacionados ao gênero e à sexualidade também fornece diretrizes para os atendimentos no cuidado de pessoas trans.





METODOLOGIA

As oficinas de capacitação propostas consistem em três encontros que foram desenvolvidos para se discutir os direitos de pessoas trans. Elas foram pensadas para que possam ser replicadas em diferentes contextos como escolas, serviços de assistência, saúde e empresas, também é possível que sejam produzidos multiplicadores delas. Além disso, não necessitam de muitas horas em sua realização, podendo ser feitos três encontros de 1 a 2 horas de duração e ser divididos em diferentes dias. Também foi pensado para que não se necessite de muitos materiais para realizá-los. Recomenda-se que as oficinas tenham entre 10 a 30 participantes.

É interessante que as oficinas possam ser construídas com pessoas trans, mas isso nem sempre é possível. E se for possível em apenas um dia, dar preferência para o que denominei de oficina 03.

As oficinas são baseadas na aprendizagem por meio de **metodologias ativas**²⁹, nas quais a pessoa que está participando tem um papel ativo em seu aprendizado. Aquele que coordena auxilia os participantes, facilitando e mediando os processos de construção de conhecimento, pois este é construído de forma colaborativa, na interação entre os participantes, o coordenador e o contexto.

Nas oficinas são propostas atividades: de **elaboração de produções gráficas colaborativas em papel, em quadros, em painéis; de rodas de conversas; de debates de ideias; de reflexão em grupo.**

Este guia também dispõe em seu final de outros materiais como filmes, séries, podcasts, vídeos, e outros manuais e guias já existentes.

* OFICINA 01

* **Objetivos do dia:** Discutir sobre orientação sexual e identidade de gênero; aprender sobre o acrônimo LGBTQIAPN+.

Material: Papéis recortados de cores diferentes, canetas, flip chart ou lousa ou mural para escrever, papel craft.

* **Apresentação dos participantes:** Pedir para que participantes digam seu nome, profissão, local de trabalho.

* **Atividade 01:** Entregar papéis de 2 cores diferentes para que participantes escrevam em uma cor o que é sexualidade / orientação sexual e na outra o que é gênero / identidade de gênero. Colocar em quadro dividido o que os participantes colocaram como resposta.

1. Discutir sobre o conteúdo do material produzido;
2. Apresentar o que é orientação sexual e o que é identidade de gênero.

* **Atividade 02:** Num pedaço grande de papel craft colocar a sigla LGBTQIAPN+ com as letras separadamente para que se discuta o significado de cada umas delas e escrever com os participantes em cada letra o que elas significam. A sigla pode ser escrita tanto na horizontal, como na vertical, o que for melhor para o local.

Tópicos que podem ser importantes para a discussão são: os motivos da sigla mudar, porque há tantas letras e se é necessário que se tenha tantas letras.



* OFICINA 02

* **Objetivos do dia:** Discutir sobre direitos humanos; apresentar direitos de pessoas trans.

Material: Papel craft e canetas.

* **Atividade 01:** Deixar escrito em papéis diferentes vários direitos: vida, liberdade, igualdade, segurança, propriedade, saúde, trabalho, educação, voto, se candidatar, alimentação, transporte, lazer, ir e vir, circular pela cidade, cultura. E deixar também papéis em branco.

Colocar um pedaço de papel craft na parede escrito “Direitos Humanos” e a cada direito discutir se aquilo é um direito humano ou não. Após acabar, perguntar também se existem outros direitos que deveriam ser incluídos que não estão ali.

- Discutir sobre direitos humanos e sobre a importância de se reivindicar e lutar por direitos.

* **Atividade 02:** Colocar outro papel craft escrito “Direitos de Pessoas Trans”. Perguntar para as pessoas se elas sabem quais direitos específicos que essas pessoas têm, para além daqueles que já foram ditos na atividade anterior.

1. Discutir sobre direitos trans;
2. Falar sobre alguns direitos principais: utilização de nome social; alteração de prenome e sexo em registro civil direto no cartório; acesso à hormonização e tecnologias de alteração corporal de forma gratuita no SUS; falar sobre os ambulatórios de hormonização para pessoas trans na cidade de São Paulo, falar sobre os centros de cidadania LGBTI+.

Obs.: É de suma importância que nesta oficina seja discutido o direito das pessoas trans ao uso do banheiro apesar de não haver legislações específicas. Assim cada local deve pensar no melhor modo de garantir que pessoas trans possam usar o banheiro, seja por banheiros individuais, banheiros unissex, ou alguma alternativa pensada. É importante refletir sobre essa questão para desconstruir preconceitos e estereótipos.



* OFICINA 03

* **Objetivos do dia:** Discutir sobre formas respeitosas de tratar as pessoas trans e construir um painel para consolidar melhor os conhecimentos.

Material: Papel craft, canetas coloridas, materiais de pintura se possível (tinta, pincel, potes para misturar tinta, potes com água para lavar pincel).

* **Atividade 01:** Fazer uma roda de conversa com as pessoas. Primeiro falar sobre como devem ser os registros de pessoas trans, por exemplo, registro na empresa, registro no posto de saúde, registros nos sistemas. Lembrar sobre o respeito ao nome social.

Falar sobre os pronomes de tratamento: ele/dele, ela/dela, elu/delu. Explicar o que são pronomes de tratamento, da importância de questionar as pessoas quais pronomes elas preferem que utilizem. Importante lembrar que para travestis usamos o pronome ela/dela.

O que evitar dizer para pessoas trans? Perguntar para as pessoas o que elas devem evitar dizer para pessoas trans e discutir sobre. Alguns exemplos do que se deve evitar: perguntas sobre o nome de registro; questionar se a pessoa é operada ou não; dizer que é uma pessoa bonita mesmo sendo trans; tratar as pessoas trans como exóticas; perguntar sobre preferências sexuais a não ser que seja relevante para o atendimento; perguntar sobre transformações corporais a não ser que seja relevante para o atendimento; entre outras.

* **Atividade 02:** Construção de um painel numa folha de papel craft em conjunto com participantes sobre o que foi aprendido ao longo das oficinas. Se necessário retomar alguns tópicos aprendidos. Fazer isso em conjunto com os participantes, então decidir sobre o modo como colocar as informações, seja escrito, desenho, símbolos, uma história, história em quadrinhos.

Finalizar as oficinas com este painel. Se possível, fazer um café de encerramento e de confraternização.





APLICABILIDADE, LIMITES, ABRANGÊNCIA E DISPONIBILIZAÇÃO

Este guia incentiva que se possa discutir e falar sobre os direitos de pessoas trans. As oficinas podem ser aplicadas com profissionais da rede de atenção à saúde, da assistência social, da educação e para pessoas e empresas que atuam em projetos sociais de inclusão e em locais que necessitem falar sobre essa temática para um atendimento melhor a essa população. Ele deve ser utilizado por aqueles que se sentirem confortáveis em discutir as temáticas presentes. Falar sobre sexualidade e gênero nem sempre é um assunto confortável, é preciso ter responsabilidade ao tratar dessas questões e estar disponível para o que pode aparecer quando este tópico for levantado, podendo aparecer diversos tipos de conteúdo ao realizar uma discussão.

Pode-se utilizá-lo em conjunto com outras oficinas, não sendo necessário limitar-se somente a ele. A proposta é que incentive as discussões nele presentes. Pensa-se também que seja possível construir multiplicadores para discutir sobre direitos trans, fornecendo mais ferramentas para que esses possam trabalhar com essa temática e desenvolvê-la melhor em seus ambientes.

Ele foi pensado para o território nacional em diferentes localidades, mas é importante considerar que ele foi desenvolvido pensando especificamente na realidade do município de São Paulo e talvez sejam necessárias adaptações a depender da localidade.

Este guia está na dissertação de mestrado “*Luto todo dia por ser quem eu sou: participação social e o acesso a direitos de jovens mulheres trans*” da FMUSP. Além de disponibilizado no site do Mestrado Profissional Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social por meio do endereço eletrônico <https://sites.usp.br/mestrado-profissional-terapiaocupacional/produtos-tecnicos-tecnologicos-2/>

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

- 1 Oliveira JMD. Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil - 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.
- 2 Acontece Arte e Política LGBTQ+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). Mortes e violências contra LGBTQ+ no Brasil: Dossiê 2023. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024.
- 3 Benevides BG. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Brasília, DF: ANTRA, 2024.
- 4 Cedec - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, organizadores. Transver o mundo: existências e (re)existências de travestis e pessoas trans no 1º mapeamento das pessoas trans no município de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2021.
- 5 Baggio MC. About the relation between transgender people and the organizations: new subjects for studies on organizational diversity. REGE - Revista de Gestão. 2017; 24:360-70
- 6 Rocon PC, Wandekoken KD, De Barros MEB, Duarte MJO, Sodré F. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro. 2020; 18(1).
- 7 Oliveira GS, Salimena AMO, Penna LHG, Paraiso AF, Ramos CM, Alves MS, et al. O vivido de mulheres trans ou travestis no acesso aos serviços públicos de saúde. RevBrasEnferm. 2022; 75(Suppl 2).
- 8 Paniza MDC, Moresco MC. À margem da gestão da diversidade? Travestis, transexuais e o mundo do trabalho. Revista de Administração de Empresas | FGV EAESP, São Paulo. 2022; 62(3):1-20.
- 9 Xavier TPO, Vianna C. A educação de pessoas trans: relatos de exclusão, abjeção e luta. Educação & Realidade, Porto Alegre. 2023; 48.
- 10 Flores JH. A reinvenção dos direitos humanos. Garcia CRD, Suxberger AHG, Dias JA, tradutores. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
- 11 Brasil. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Senado; 1988.
- 12 Brasil. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Cadernos LGBTQIA+ cidadania: promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, 2024a.
- 13 Facchini R. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: Facchini R, França IL, organizadores. Direitos em disputa: LGBTQ+, poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.
- 14 Quinalha R. Movimento LGBTQ+: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- 15 Gioni C. Manual de Linguagem Neutra em Língua Portuguesa. [local desconhecido], 2022 [citado 26 ago. 2024]. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/informes/manual-de-linguagem-neutra>
- 16 Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Guia para Linguagem Inclusiva de Flexão de Gênero. 2a ed. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

17 Brasil. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Ministério da Saúde. Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

18 Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, 2009.

19 São Paulo. Centros de Cidadania LGBTI+ [homepage]. Atendimento gratuito e especializado à população LGBTI+. [citado 26 ago. 2024]. Disponível em:
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbti/rede_de_atendimento/index.php?p=271098

20 Brasil. Supremo Tribunal Federal. Direito das pessoas LGBTQIAP+. Brasília: STF, Cadernos de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal : concretizando direitos humanos, 2022.

21 Brasil. Decreto n. 8.727 de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União, Brasília (2016 abr. 29); Sec.1:1.

22 Brasil. Resolução conjunta CNPCP/CNLGBTQIA+ n. 2 de 26 março de 2024. Estabelece parâmetros para o acolhimento de pessoas LGBTQIA+ em privação de liberdade no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília (2024 abr. 10); Sec.1:43.

23 Brasil. Ministério da Saúde. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Portaria n. 2.836/GM, de 01 de dezembro de 2011. Diário Oficial da União, Brasília (2011 dez 01).

24 Brasil. Ministério da Saúde. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. Portaria n. 1.707, 18 agosto 2008. Diário Oficial da União, Brasília (2008 ago 19); Sec. 1:43.

25 Brasil. Ministério da Saúde. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Portaria n. 2.803, 19 novembro 2013. Diário Oficial da União, Brasília (2013 nov. 20); Sec.1.

27 São Paulo. Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação da Atenção Primária à Saúde. Protocolo para o atendimento de pessoas transexuais e travestis no município de São Paulo. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 2020, jul; p 133.

28 São Paulo. Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação da Área Técnica de Saúde Integral da População LGBTIA+. Protocolo para o cuidado integral à saúde de pessoas trans, travestis ou com vivências de variabilidade de gênero no município de São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Secretaria Municipal da Saúde, 2023; jun; p 374.

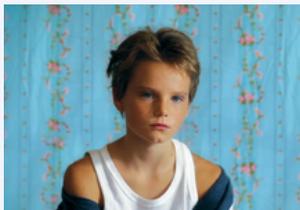
29 Diesel A, Baldez ALS, Martins SN. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. Revista Thema. 2017; 14(1):268-88.



MATERIAIS COMPLEMENTARES



Minha vida em cor de rosa
(1997)



Tomboy
(1997)



Laerte-se
(2017)



Indianara
(2019)



A morte e vida de Marsha P.
Johnson (2019)



Midnight Swan
(2020)



MATERIAIS COMPLEMENTARES



SERIES E CLIPES



Manhãs de setembro
(2021)



Pose
(2018)



Veneno
(2020)



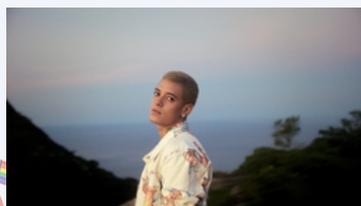
Heartstopper
(2022)



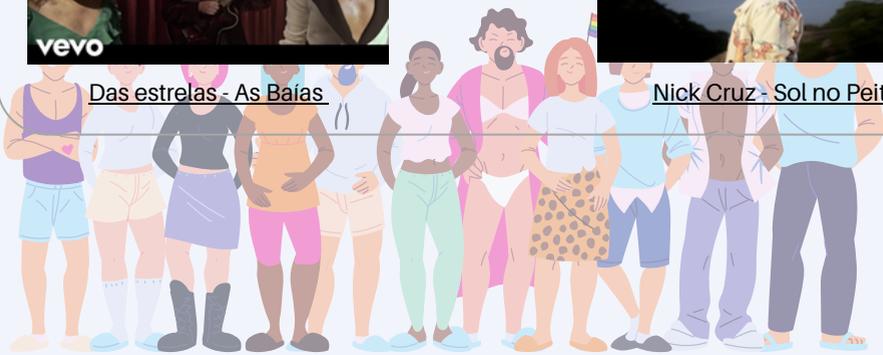
Sex Education
(2019)



Das estrelas - As Baías



Nick Cruz - Sol no Peito



MATERIAIS COMPLEMENTARES



PODCASTS



Garotrans



Escuta trans



MATERIAIS COMPLEMENTARES



MANUAIS, GUIAS E CARTILHAS



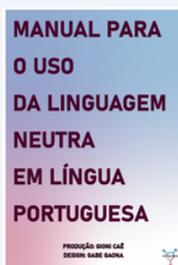
Cadernos LGBTQIA+ cidadania: promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ - Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+



Protocolo para o cuidado integral à saúde de pessoas trans, travestis ou com vivências de variabilidade de gênero no município de São Paulo - Secretaria da Saúde de São Paulo



Direito das pessoas LGBTQIAP+ - STF



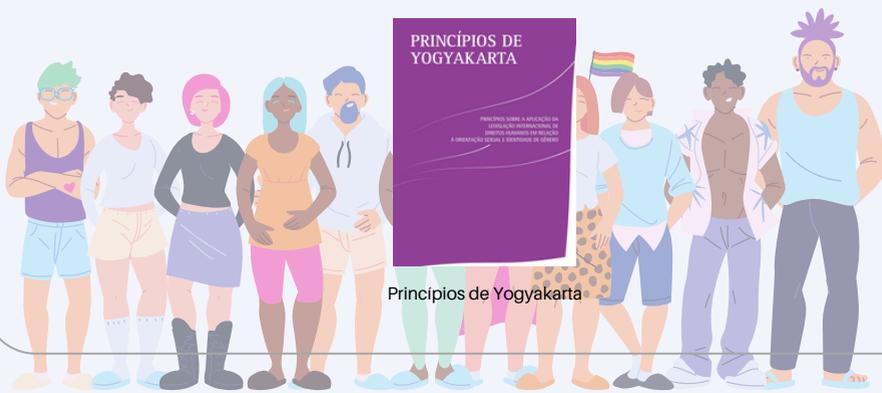
Manual de Linguagem Neutra em Língua Portuguesa



Guia para Linguagem Inclusiva de Flexão de Gênero - Tribunal Superior Eleitoral



Manual de Comunicação LGBTI+ - Aliança Nacional LGBTI+



Princípios de Yogyakarta

São Paulo
2024